

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-07-19

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2019). Prisioneiros portugueses em Timor durante a segunda guerra mundial. In Pedro Aires Oliveira (Ed.), *Prisioneiros de guerras: Experiências de cativo no século XX*. (pp. 217-239). Lisboa: Tinta da China .

Further information on publisher's website:

<https://tintadachina.pt/produto/prisioneiros-de-guerras/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2019). Prisioneiros portugueses em Timor durante a segunda guerra mundial. In Pedro Aires Oliveira (Ed.), *Prisioneiros de guerras: Experiências de cativo no século XX*. (pp. 217-239). Lisboa: Tinta da China .. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

# Prisioneiros portugueses em Timor durante a II Guerra Mundial

Jorge Silva Rocha

Comissão Portuguesa de História Militar

CEI – ISCTE/IUL

## Resumo

As operações de ocupação de vastos territórios do sudoeste asiático levadas a cabo pelas forças militares japonesas durante a Segunda Guerra Mundial alcançou o seu limite geográfico máximo mais a Sul com a invasão do Timor português em 20 de fevereiro de 1942.

Oficialmente ordenada em resposta à presença de forças militares australianas e holandesas naquele território português neutral, a ocupação militar japonesa prolongou-se por cerca de três anos, até setembro de 1945, durante os quais foram impostas duras condições de vida às populações.

Ao longo desse período, as forças japonesas estacionadas em Timor mantiveram uma conduta de deliberada submissão dos seus prisioneiros e concentrados civis à violência, à tortura e à humilhação pública.

Sem recorrerem ao confronto direto, dirigiram habilmente e armaram bandos violentos de indígenas que semearam o terror entre as centenas de europeus e timorenses que tinham procurado o refúgio julgado seguro das montanhas, levando-os a solicitar ao invasor o estabelecimento de zonas de concentração sob sua proteção.

Com o passar do tempo esses locais de concentração voluntária acabaram por transformar-se, não obstante a inexistência de muros ou vedações, em verdadeiros campos de concentração onde grassava a fome e imperava a violência.

Este texto tem como objectivo principal descrever, com o detalhe permitido pelas fontes disponíveis, os principais eventos que levaram à criação em Timor de zonas de concentração de europeus; sua dispersão geográfica e evolução ao longo dos três anos de dominação japonesa; as condições de vida e, os métodos utilizados pelas forças invasoras para subjugar os concentrados europeus e timorenses.

**Palavras-chave:** Timor, Prisioneiros de Guerra, Segunda Guerra Mundial

## Introdução

À semelhança de outros teatros de operações da Segunda Guerra Mundial, a guerra na Ásia e no Pacífico, mais do que um enfrentamento militar entre exércitos inimigos, foi sobretudo um confronto violento entre diferentes culturas e raças.<sup>1</sup> Uma luta entre “homens brancos” e “homens amarelos”, diferentes na sua fisionomia mas também com diferentes valores e entendimentos sobre o respeito merecido pelas forças oponentes aprisionadas durante os combates, sobre misericórdia e, também, sobre contenção nas ações.

O *bushido*, o ancestral código de conduta do Samurai orgulhosamente seguido ao longo de gerações, continuava a orientar a ação do combatente japonês durante a Segunda Guerra Mundial no sentido da correta execução das tarefas militares, da irrepreensível conduta no dia-a-dia e, da busca de uma morte digna em combate. No entanto, os preceitos do *bushido* que estabeleciam que o combatente devia agir sempre com justiça e com compaixão para com o seu inimigo, derrotado ou enfraquecido, eram permanentemente ignorados na hora de lidar com os seus prisioneiros de guerra e internados civis. No seu entendimento, os não japoneses que permitiam a sua captura em combate não mereciam qualquer contemplação e deviam ser odiados, desprezados e mortos.

Com total desrespeito pela Convenção de Genebra que estabelecera, a partir de 1929, o direito e a obrigatoriedade dos prisioneiros de guerra serem tratados com humanidade e sem sujeição à tortura e a quaisquer atos de pressão física ou psicológica, garantindo-se-lhes auxílio sanitário e alimentação bem como o respeito pela sua religião, nos campos de concentração e internamento de prisioneiros de guerra estabelecidos pelas forças militares japonesas durante a guerra no Pacífico eram frequentes os espancamentos violentos e mortais, a recusa de auxílio médico, o insuficiente fornecimento de alimentação e mesmo a experimentação médica em prisioneiros.

Nos campos de concentração e internamento japoneses morriam diariamente milhares de prisioneiros por doenças causadas pela má nutrição, como o beribéri e o escorbuto, ou por doenças epidémicas tropicais como a malária, o dengue, a disenteria, as úlceras tropicais, e a cólera.

Além disso, qualquer tentativa de fuga de prisioneiros “brancos” estava à partida condenada ao fracasso. A cor da sua pele funcionava como um uniforme de prisioneiro que não era possível despir.<sup>2</sup>

As experiências de cativo na Ásia ocupada pelos japoneses variaram enormemente de região para região. Enquanto alguns prisioneiros de guerra, na sua maioria militares ocidentais, foram enviados para o Japão e utilizados como mão-de-obra em trabalhos forçados, outros foram obrigados a trabalhar até à exaustão na construção do designado “Caminho de Ferro da Morte” entre a Birmânia e a Tailândia. Os internados civis ficavam, por norma, reunidos localmente em campos frequentemente improvisados mas tal não significava que tivessem uma vida mais fácil do que aquela

---

<sup>1</sup> Gavan Daws, *Prisoners of the Japanese: POWs of World War II in the Pacific* (New York: Harper Perennial, 1994), 17 et seqs.

<sup>2</sup> Daws, 100.

dos prisioneiros expatriados. Também eles acabaram por ver a sua saúde abalada irremediavelmente, as suas propriedades expropriadas ou destruídas e por serem espoliados de qualquer meio de subsistência.

Estima-se que um em cada três prisioneiros “brancos” morreu às mãos dos japoneses. Se em alguns campos de concentração construídos pelas forças militares japonesas as taxas de mortalidade situaram-se abaixo de 10%, outros houve em que as mesmas taxas alcançaram valores acima de 30%. Nos campos de internamento as taxas de mortalidade terão alcançado valores entre os 3 e os 13%.<sup>3</sup>

### **Timor na Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup> - A “invasão” por Australianos e Holandeses**

Em plena Segunda Guerra Mundial, em dezembro de 1941, e apesar dos protestos das autoridades portuguesas, um contingente aliado composto por forças australianas e holandesas desembarcou em Timor a pretexto do reforço da capacidade de defesa da colónia portuguesa. O Governo australiano, no seguimento de conversações tidas com o Governo holandês, tinha assumido o compromisso de prestação de auxílio militar caso o território de Timor holandês fosse invadido por forças japonesas. Este apoio viria a tornar-se efetivo em 12 de dezembro de 1941 quando um destacamento do exército australiano, com a designação “Sparrow Force”<sup>5</sup> e com um efetivo de cerca de 1.400 homens, desembarcou em Kupang na parte holandesa da ilha de Timor.

Portugal tinha até então recusado o apoio militar para a defesa do território de Timor insistentemente oferecido por holandeses e australianos, confiante que estava na sua neutralidade.<sup>6</sup>

A atividade militar da colónia portuguesa estava então bastante longe de ser eficaz uma vez que a maior parte dos graduados europeus enviados para o território, era “desviada” para funções na administração local em virtude da inexistência de funcionários públicos capazes. Por altura da Segunda Guerra Mundial, a diminuta guarnição aí existente estava reduzida a uma Companhia de Infantaria indígena (Companhia de Caçadores de Timor) e a um Pelotão de Cavalaria também indígena (da Fronteira), um dispositivo militar que, estabelecido oficialmente em finais da década de 1930, se podia considerar suficiente para a manutenção da ordem interna mas totalmente insuficiente e desadequado para sustentar qualquer ataque externo. A Companhia de Caçadores de Timor estava aquartelada em Taibessi, a três quilómetros de Díli; em Maubisse funcionava a escola de recrutas e em Oecussi estava estacionado um destacamento daquela Companhia. O Pelotão de Cavalaria de

---

<sup>3</sup> Kevin Blackburn, ed., Karl Hack, ed., *Forgotten Captives in Japanese-Occupied Asia*. (London: Routledge, 2008), 2-5.

<sup>4</sup> Pela excelente contextualização que oferece dos acontecimentos ocorridos em Timor durante a Segunda Guerra Mundial veja-se António Monteiro Cardoso, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007).

<sup>5</sup> Sobre as ações desta força militar australiana veja-se Callinan, Bernard, *Independent Company: The Australian Army in Portuguese Timor 1941–43*, (Londres: William Heinemann, 1953).

<sup>6</sup> Veja-se, entre outros autores e obras, Carlos Teixeira da Motta, *O Caso de Timor na II Guerra Mundial. Documentos Britânicos* (Lisboa: Instituto Diplomático, 1997).

Polícia da Fronteira tinha as suas forças distribuídas ao longo da fronteira com Timor holandês e o seu comando estava aquartelado em Bobonaro. Além deste dispositivo militar de 1ª linha estavam também organizadas nos diversos *Regulados*<sup>7</sup> do território um número significativo de forças voluntárias indígenas de 2ª linha designadas de *moradores*, que no passado tinham ajudado a debelar insurreições internas.

A guarnição militar da colónia tinha um efetivo total de três oficiais; sete sargentos e cerca de 30 cabos europeus, mestiços e indígenas; quatro soldados europeus e mestiços; cerca de 300 soldados indígenas.<sup>8</sup>

Desde junho de 1941 que, de forma sigilosa, estavam a ser preparadas pelo Exército australiano 12 companhias independentes (comandos) para atuação atrás das linhas inimigas.

Confrontadas com a rápida expansão japonesa no Pacífico, as chefias militares australianas decidiram aproveitar estas unidades para defesa do cordão de ilhas situadas a Norte e Nordeste da Austrália de modo a funcionarem como postos avançados onde esperavam sustentar uma primeira investida do inimigo. Neste contexto uma companhia independente australiana viria a desembarcar inicialmente em Timor holandês mas acabaria, juntamente com forças militares holandesas, por ser destacada para Timor português, onde mais tarde viria a ser reforçada por outra companhia independente australiana.

No dia 17 de dezembro de 1941, cerca de uma hora da tarde, contrariando a vontade das autoridades portuguesas e a pretexto da iminente invasão japonesa da colónia portuguesa, ocorreu o desembarque das forças australianas e holandesas nas imediações de Díli.<sup>9</sup> O Governador português, Manuel Ferreira de Carvalho, ao tomar conhecimento da entrada no território daquelas forças, fez saber que não tinha solicitado qualquer ajuda externa para a defesa do território e, por isso, não podia concordar com a ação em curso considerando-a uma ação de ocupação hostil.

Consumada a invasão aliada, considerada por Portugal como injustificada uma vez que não se tinha verificado o pressuposto da invasão do território por forças japonesas, as autoridades portuguesas protestaram junto dos Governos holandês e australiano e o Governador da colónia declarou-se prisioneiro das forças invasoras.

Cinco dias depois, foi entregue ao Embaixador inglês uma nota em que se instava à saída das tropas australianas e holandesas do território logo que chegasse a Timor o contingente militar

---

<sup>7</sup> Reinos

<sup>8</sup> Arménio Ramires de Oliveira, *História do Exército Português, 1910-1945*, vol. III (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994), 497 *et seqs.*

<sup>9</sup> Para uma descrição das primeiras acções destas forças militares após o desembarque veja-se, entre outras, e efetuada em Carlos Cal Brandão, *Funo: Guerra em Timor*, (Porto: Edições A.O.U., 1946), 43-48.

português que entretanto estava a ser aprontado em Moçambique e que teria um número de efetivos equivalente ao das forças aliadas ocupantes.

No dia 26 de janeiro de 1942, após negociações com ingleses e japoneses, partiu finalmente de Lourenço Marques (Moçambique) um contingente expedicionário destinado a Timor. A força era composta por uma Companhia de Caçadores, uma Companhia de Engenharia e uma Bateria de Artilharia.<sup>10</sup> No dia 2 de fevereiro de 1942, foram noticiados os primeiros ataques japoneses efectuados sobre Kupang na parte holandesa da ilha. A guerra estava cada vez mais próxima de Timor português.

A 17 de fevereiro, o navio português *João Belo* estava ao largo de Díli e tinha já estabelecido contacto via rádio com terra onde estavam concluídos todos os preparativos para receber a força expedicionária portuguesa, quando o imprevisto aconteceu. As autoridades japonesas que tinham anteriormente concordado com o envio da força militar portuguesa, informaram que não permitiriam o seu desembarque e, face a este desenvolvimento, a força portuguesa retirou para Colombo no Sri Lanka e posteriormente para a Índia onde esteve até fevereiro de 1945 e de onde regressaria, finalmente, a Moçambique.

### **A invasão e ocupação de Timor pelas forças imperiais japonesas**

Ao mesmo tempo que as autoridades portuguesas procuravam reunir em Moçambique os efetivos necessários à substituição das forças holandesas e australianas estacionadas em Timor, o Governo português procurava também por todos os meios manter um diálogo diplomático construtivo com as autoridades japonesas, que permitisse controlar eventuais retaliações nipónicas derivadas da presença daquelas forças em solo timorense.

No dia 19 de fevereiro, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, Teixeira de Sampaio, recebeu em audiência privada o Ministro do Japão em Lisboa que era portador de uma mensagem oficial urgente. Este, após os cumprimentos habituais, informou o governante português que, por motivos de autodefesa, o governo imperial japonês tinha decidido expulsar as forças holandesas e australianas da colónia portuguesa de Timor. Solicitou ainda que a ocupação japonesa de Timor não fosse considerada nem um ato de guerra contra Portugal nem uma forma de ataque à neutralidade portuguesa. As forças japonesas retirariam logo que a necessidade de autodefesa deixasse de existir.

Três meses após o ataque a Pearl Harbor, a ação de ocupação do Sudeste asiático levada a cabo pelo Japão atingia o seu limite mais a Sul com a invasão do Timor português, oficialmente em resposta à presença de forças militares australianas e holandesas num “país neutral”.

---

<sup>10</sup> Carlos da Rocha Vieira, *Timor — Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial* (Lisboa: SHIP, 1994), 38.

Na noite de 20 fevereiro de 1942 deu-se o desembarque das forças japonesas em diversos pontos da colônia portuguesa tendo início uma ocupação que se prolongaria até ao final da Segunda Guerra Mundial. Gradualmente, as forças militares japonesas foram ocupando uma parte significativa do território e chegaram a dominar a quase totalidade da sua costa.

A partir de 31 de maio de 1942, o Governador Ferreira de Carvalho e os poucos funcionários administrativos que tinham ficado em Díli, viram os seus movimentos restringidos à residência oficial e os contactos com a metrópole deixaram de ser possíveis. Díli encontrava-se então praticamente deserta. A maioria dos seus habitantes abandonou a cidade e procurou refúgio no interior do território. As reduzidas forças militares portuguesas foram entretanto instruídas pelo Governador no sentido de não oferecerem resistência e foram deslocadas para Aileu onde se encontrava refugiado o grosso da população civil. Aqui viria a ter lugar um dos maiores massacres perpetrados pelas forças japonesas com a colaboração das famigeradas “colunas negras”<sup>11</sup> organizadas pelos japoneses com recurso a habitantes da localidade de Atambua (Timor holandês) que, inicialmente, tinham sido arregimentados como carregadores.

Timorenses, australianos e holandeses viram-se assim forçados a procurar refúgio nas montanhas onde levaram a cabo ações de resistência e guerrilha contra o invasor grandemente favorecidas pelas difíceis características do relevo e pelo apoio incondicional das populações locais. Muitos timorenses acabaram por ser executados pelas forças ocupantes acusados de colaborar com os elementos da resistência. O caso mais célebre de resistência timorense ao invasor é o de D. Aleixo Corte Real, Régulo<sup>12</sup> de Ainaro, e dos seus súbditos que ficaram cercados por forças japonesas e por elementos das “colunas negras” nas montanhas de Suro-Lau onde resistiram durante algumas semanas. A falta de alimentos e de munições levaram D. Aleixo a render-se juntamente com os seus guerreiros. Aprisionados e julgados sumariamente acabaram por morrer às mãos dos invasores japoneses.

Ao longo dos primeiros cinco meses de ocupação as ações da guerrilha conseguiram infligir graves danos nas forças militares ocupantes; no entanto, a partir de agosto de 1942 as forças japonesas lançaram uma contraofensiva que levou à interrupção da maior parte dos circuitos de cooperação entre as populações locais e as forças da resistência.

Incapaz de responder militarmente, Portugal tentou a todo o custo negociar com as autoridades japonesas adequadas condições de convivência mas, esgotadas todas as possibilidades de entendimento, não restou outra solução que não fosse a de solicitar o apoio dos seus aliados internacionais com vista à libertação de Timor.

---

<sup>11</sup> Nativos de Atambua armados com lanças e catanas e enquadrados por elementos da polícia secreta japonesa. Carlos da Rocha Vieira, *Timor — Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial* (Lisboa: SHIP, 1994), 76.

<sup>12</sup> Rei; chefe tribal.

## Impossibilitados de Resistir

O ponto de ruptura definitivo no que respeita à segurança das populações da colónia de Timor teve lugar na madrugada de 1 de outubro de 1942. Nessa madrugada e no dia que se lhe seguiu a vila de Aileu, localidade nas montanhas onde se tinham refugiado grande parte dos habitantes europeus e autóctones fieis às autoridades portuguesas, foi varrida por uma onda de destruição e morte, a mais grave até então vivida desde que se dera a invasão.

Com a cobertura e apoio, cada vez menos dissimulado, de forças japonesas, uma grande “coluna negra” vinda de Díli assaltou o aquartelamento militar aí existente.<sup>13</sup> A unidade militar que aí estava aquartelada (Companhia de Caçadores de Timor) era uma das poucas ainda em funcionamento em todo o território e nela se tinha reunido o grosso dos efetivos que restavam da força armada portuguesa que tivera um papel ativo nas ações levadas a cabo para debelar as revoltas indígenas que desde a invasão japonesa tinham surgido em diversos pontos da colónia.<sup>14</sup>

Esta investida sobre Aileu tinha, como mais tarde escreveria o Governador de Timor Manuel Abreu de Carvalho no seu relatório sobre os acontecimentos daqueles dias, um único objectivo “prévia e minuciosamente preparado” e que passava pelo desmantelamento da residual capacidade de resposta militar portuguesa ainda existente no território.<sup>15</sup> Foram mortos, além do comandante da unidade militar, Capitão Ferreira da Costa, diversos militares europeus e indígenas mas também alguns civis europeus que se tinham refugiado em casa daquele oficial.

Na posse dos relatos dos acontecimentos feitos pelos poucos sobreviventes que acabaram por conseguir chegar a Díli, o Governador português constatou não haver mais capacidade para, com os meios ao seu alcance, fazer frente a um “programa de extermínio”<sup>16</sup> que certamente iria ter continuidade até à completa subjugação dos timorenses, europeus e indígenas.

Especialmente visada nas ações violentas perpetradas pelas “colunas negras”, a população não indígena que estava dispersa um pouco por todo o território, esgotara toda a capacidade de resistência e corria sério risco de aniquilação requerendo por isso rápida ação do Governador.

Avaliadas as condições gerais de segurança concluiu o Governador Abreu de Carvalho que o único meio de proteger eficazmente essa população seria apresentar às autoridades de Lisboa e ao cônsul japonês em Timor, um pedido de evacuação da população portuguesa do território. Em Lisboa a solicitação não teve acolhimento favorável por se considerar a ação contrária à manutenção da

---

<sup>13</sup> José Duarte Santa, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941 – 1945*, (Lisboa: Notícias, 1997), 60. Veja-se também Carlos Cal Brandão, *Funo: Guerra em Timor*, (Porto: Edições A.O.U., 1946), 78-83.

<sup>14</sup> Sobre as revoltas indígenas veja-se António Monteiro Cardoso, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007), 62-66.

<sup>15</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 397.

<sup>16</sup> Carvalho, 397-399.

soberania portuguesa sobre o território. O cônsul japonês, reconhecendo a necessidade de se encontrar uma solução urgente para a situação, propôs em alternativa a colocação da população portuguesa sob proteção das forças militares nipónicas.

Reticente em aceitar a proteção proposta pelos japoneses, só após duas tensas sessões de negociação com o comando militar japonês, durante as quais procurou obter as melhores garantias de proteção e segurança bem como a clara definição das zonas de concentração, assentiu o Governador Ferreira de Carvalho em assinar um pedido oficial de proteção das vidas dos portugueses.

Como zonas de concentração ficaram definidas, além de Díli, as localidades de Liquiçá e Maubara, zona que viria a ser apelidada de “açougue dos portugueses”.<sup>17</sup>

### **A Concentração em Liquiçá e Maubara**

No dia 25 de novembro de 1942 o Governador português ordenou o início da concentração dos portugueses que estavam dispersos pelo território, a começar pelos residentes na região de Baucau, localidade situada a 122 quilómetros a oriente da capital Díli e onde por ordem do Governador tinha sido estabelecida em julho desse ano a sede alternativa do Governo da colónia.

Com instruções claras e bem definidas para os responsáveis das diversas circunscrições administrativas, o plano de evacuação do interior do território para Liquiçá e Maubara estabelecia que todos os movimentos deviam ser feitos com especial cuidado para não afectar quer a vida dos habitantes autóctones quer o “prestígio” que os portugueses europeus tinham junto deles.

As autoridades administrativas deveriam ser as últimas a sair, assegurando-se da escolha de um chefe indígena que, pelo seu prestígio e confiança, ficaria responsável por zelar pelos interesses das populações e pela guarda dos bens do Estado português que não pudessem ser movidos. Dos Postos<sup>18</sup> e das diversas circunscrições administrativas deveriam ser protegidos e evacuados os arquivos e todos os equipamentos que pudessem ter alguma utilidade futura.

No que respeita aos géneros destinados à alimentação dos evacuados, as instruções eram também claras: comprar localmente tudo o que fosse possível (milho, trigo, arroz, feijão, óleo, batata, gorduras, etc.). De igual modo deviam ser adquiridos combustíveis como petróleo, gasolina e álcool.<sup>19</sup>

Nas semanas que se seguiram, sem que os ataques por elementos das “colunas negras” deixassem de acontecer em diversos pontos do território e apesar do endurecimento da atuação das forças japonesas em relação aos portugueses europeus, o Governador prosseguiu com as ações previstas no plano de evacuação e concentração por si delineado e determinou a nomeação de dois novos “chefes

---

<sup>17</sup> António de Oliveira Liberato, *O Caso de Timor* (Lisboa: Portugal, 1945), 233.

<sup>18</sup> Posto Administrativo.

<sup>19</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 431.

de posto”, dois sargentos, para as localidades de Liquiçá e Maubara onde se procederia à concentração dos habitantes provenientes de Baucau e de outros pontos do interior do território.

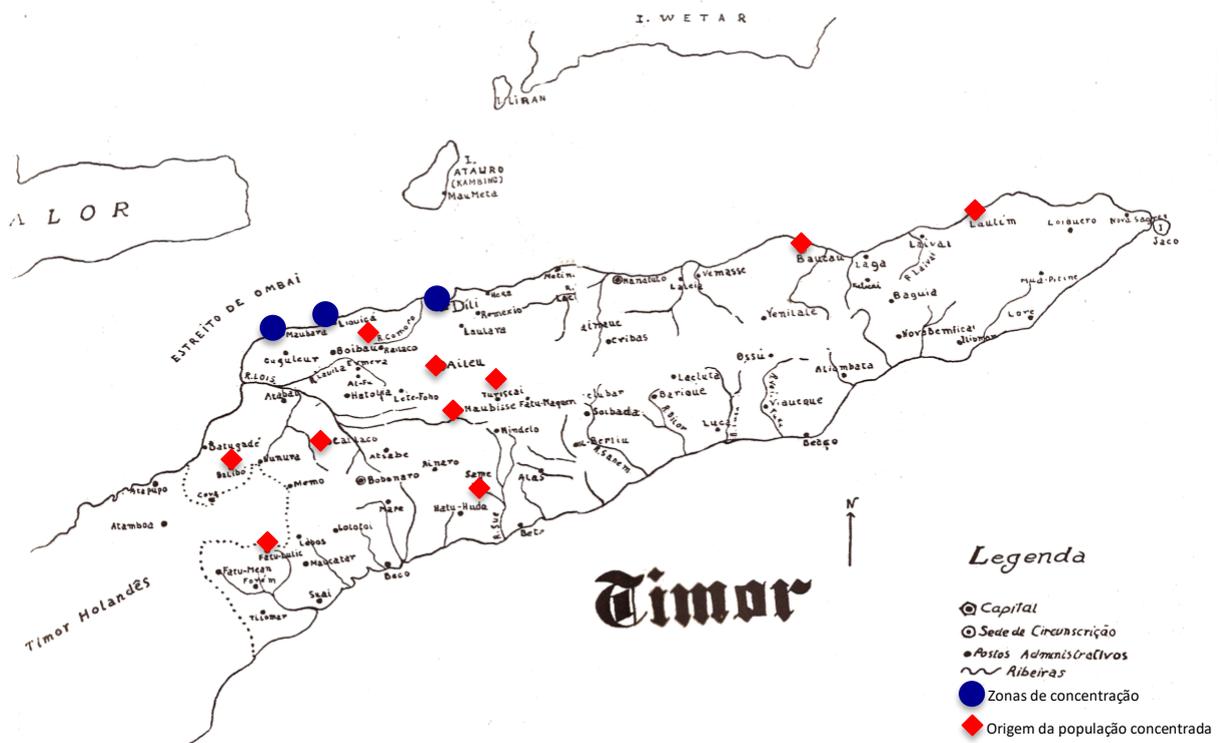


Fig. 1 - Zonas de concentração e localidades origem da população concentrada<sup>20</sup>

Os núcleos de concentração seriam então três: Díli, onde cerca de três dezenas de portugueses, incluindo o Governador, sua família e o administrador do Concelho de Díli, se mantinham por imposição das forças de ocupação desde o dia da invasão; Liquiçá e Maubara que receberiam cerca de 400 pessoas e onde ficariam instalados os Serviços de Fazenda (Finanças) e os Serviços da Repartição Militar. Em Díli, e não obstante o reduzido número de funcionários aí existentes, continuaram a funcionar a Repartição do Gabinete do Governador, os Serviços da Administração Civil; a Repartição de Saúde, os Serviços Municipais e Obras Públicas, a Caixa do Tesouro (a cargo do Banco Nacional Ultramarino) e o Hospital.<sup>21</sup>

A assistência médica à população era prestada por três médicos portugueses ( em Díli; um em Liquiçá e um em Maubara) e por quatro enfermeiros europeus e 14 indígenas distribuídos pelas três localidades e Oeckussi. A assistência religiosa nos três núcleos de concentração ficou assegurada por quatro missionários.

<sup>20</sup> Mapa adaptado de António de Oliveira Liberato, *Os Japoneses Estiveram em Timor*. (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951).

<sup>21</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 472.

Mais tarde, em face das dificuldades sentidas na obtenção de alimentos para os concentrados, foram criados os Serviços de Transportes (terrestres e marítimos) e o Serviço de Abastecimentos que tinha por missão a aquisição, pelos meios que lhe fossem possíveis, dos géneros necessários à alimentação dos portugueses concentrados, promovendo em seguida a sua distribuição equitativa ou a sua venda livre no caso de excesso de existências.<sup>22</sup>

Os serviços de correio e telégrafo públicos não funcionavam o mesmo sucedendo como os serviços de Justiça. Havia bandeiras nacionais içadas diariamente na residência do Governador, edifício do Hospital em Díli, Liquiçá, Maubara, Oekussi e nos postos de fronteira, em afirmação da soberania portuguesa sobre o território.

Como referiria mais tarde Ferreira de Carvalho: “A preocupação neste fim de 1942 era organizar as coisas, sobretudo no que dizia respeito a abastecimentos, por forma a tornar o menos precária possível a existência dos portugueses na zona”.<sup>23</sup>

No início de 1943 permaneciam em Timor cerca de 150 portugueses europeus, funcionários públicos e civis e respectivas famílias. Os restantes tinham, com a ajuda das forças navais australianas, deixado o território.

Gradualmente, esses portugueses foram chegando às zonas de concentração de Liquiçá e Maubara onde se foram instalando, os primeiros a chegar nas habitações disponíveis, os restantes, como puderam. Aí a ação das “colunas negras” continuou a fazer sentir-se não só nas imediações daquelas zonas mas também, e com alguma frequência, no interior das mesmas. Na vizinhança atuavam também ainda algumas forças australianas que, com o auxílio de indígenas fieis, procuravam a melhor oportunidade para atacar o pequeno destacamento militar japonês aí aquartelado.

As dificuldades no interior das zonas de concentração foram crescendo ao longo do tempo.

A par da progressiva escassez de géneros alimentícios, cresceram também as dificuldades relacionadas com a obtenção de medicamentos. Medicamentos que o Governador se propôs por diversas vezes adquirir aos japoneses. No entanto, dos cerca de 70 produtos solicitados ao Cônsul japonês, apenas 17 seriam fornecidos e ainda assim, 11 meses depois.<sup>24</sup>

Habitavam nas zonas de Liquiçá e Maubara em meados de 1943, cerca de 700 pessoas, entre portugueses europeus e indígenas. Viviam num estado de extrema vulnerabilidade física e psicológica, de insegurança e medo potenciador de um ambiente de desmoralização geral, impotência e tensão entre os internados.

---

<sup>22</sup> Sobre as dificuldades sentidas na obtenção de alimentos veja-se Carlos Cal Brandão, *Funo: Guerra em Timor*, (Porto: Edições A.O.U., 1946), 178-179.

<sup>23</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 467.

<sup>24</sup> Carvalho, 487.

Em pouco tempo, a ocorrência de pequenos furtos tornou-se regular entre os concentrados; os esbofeteamentos e as agressões à coronhada por parte dos guardas do campo uma constante; a prisão arbitrária, os espancamentos e a tortura uma certeza.

Com dificuldade e dentro das possibilidades do momento, procurou-se normalizar a vida dos concentrados e prover as suas necessidades mais urgentes. No interior das zonas de concentração, e não obstante as restrições impostas pelos japoneses, portugueses europeus e timorenses começaram a desenvolver uma certa autonomia e rotina na vida comunitária.

Em face do elevado número de crianças existente em Liquiçá e Maubara, em meados de julho de 1943 foi aberta em cada uma das duas localidades uma escola onde professores continuaram a assegurar a instrução elementar das crianças. Sem qualquer material escolar, passaram a frequentar a escola 138 alunos, número que nos dois anos seguintes foi crescendo. Em finais de 1943 e nos dois anos seguintes realizaram-se os “normais” exames da 3ª e 4ª classes. Em setembro do mesmo ano teria também início, em Díli e Liquiçá, um curso de enfermagem dirigido por dois médicos portugueses (Dr. Santos Carvalho (Díli) e Dr. Rodrigues (Liquiçá)) frequentado por europeus e indígenas possuidores do exame de instrução primária. Os alunos deste curso apenas conseguiram concluir o primeiro ano de formação já que não existiam recursos que permitissem ministrar-lhes as aulas práticas previstas para o 2º ano.<sup>25</sup>

Em finais de julho de 1943 o Comando das forças militares japonesas ordenou a recolha de todos os equipamentos rádio existentes em Díli bem como de todo o equipamento que servisse à sua instalação e operação. Ficava assim vedada até ao final da guerra qualquer possibilidade de comunicação oficial com o exterior da colónia. A polícia militar japonesa, *kempeitai*, inspecionava insistentemente todos os locais onde pudessem ser ocultados equipamentos daquele tipo. O seu temor mais profundo, era a subversão, a sabotagem e as revoltas fomentadas por informações que circulavam secretamente pelos mais diversos meios.<sup>26</sup> Os equipamentos rádio constituíam um meio eficaz e rápido para a disseminação de informação e instruções a curtas e longas distâncias e eram, por isso, considerados um elemento central no planeamento e execução de qualquer conspiração. Sempre que suspeitavam da existência de um equipamento rádio em operação com fins subversivos, os elementos da polícia militar japonesa não hesitavam em interrogar, torturar e mesmo executar os indivíduos tidos como detentores daquele tipo de equipamentos.

---

<sup>25</sup> Carvalho, 498.

<sup>26</sup> Gavan Daws, *Prisoners of the Japanese: POWs of World War II in the Pacific* (New York: Harper Perennial, 1994), 131.

Esgotadas todas as reservas financeiras do Governo da colónia e sem qualquer possibilidade de que de Lisboa fossem remetidos fundos para colmatar as necessidades, o Governador desenvolveu os contactos necessários junto das autoridades japonesas no sentido de obter um empréstimo de 400.000 Yenes ou Gulden do exército japonês.

Estabelecidas entre as partes as condições do empréstimo, foi o mesmo concedido e assinado em 8 de novembro de 1943, sendo no dia 20 do mesmo mês publicado o diploma legislativo no qual o Governo da colónia autorizava a circulação da nova moeda em igualdade de valor com a Pataca. Em outubro de 1944 seria contraído novo empréstimo junto das autoridades japonesas no valor de 200.000 Gulden e em março de 1945 outro de 400.000.

Só com recurso a estes três empréstimos foi possível continuar a adquirir os géneros necessários à sobrevivência dos concentrados. Porém, as dificuldades na obtenção de géneros para alimentação e os preços elevados cobrados sobretudo pelos japoneses, mas também pelos indígenas que deles dispunham, tornaram a sua aquisição incomportável para a maioria dos portugueses com muita família.

Em Maubara os concentrados portugueses ainda conseguiram cultivar alguns terrenos com razoáveis resultados, embora muito insuficientes para suprir as necessidades. Em Liquiçá, a péssima qualidade dos solos e a escassez de água condenaram ao fracasso todas as tentativas de cultivo.

Entre 19 e 16 de março de 1944, com acompanhamento e rigoroso controlo dos movimentos pelas autoridades japonesas, deslocou-se a Timor ido de Macau, o Capitão Silva Costa, enviado especial das autoridades de Lisboa a fim de averiguar das condições de vida dos portugueses naquela colónia.

Tendo reservado dois dias para visitar as zonas de concentração de Liquiçá e Maubara, no relatório que posteriormente apresentou ao Ministro das Colónias Silva e Costa relata muito telegraficamente o que ali presenciou limitando-se a referir que “(...) não viu ninguém com aparência de fome ou doença grave, aspecto físico regular” e “existem velhos entre 60 e 70 anos (...)”.

Preocupado em obter respostas para as questões levantadas no extenso inquérito que lhe tinha sido remetido por Lisboa, questões que em grande parte incidiam sobre a atuação do Governador desde o início da ocupação, e apesar de, como refere no seu relatório, ter conferenciado quer com o Governador quer com portugueses concentrados, falhou flagrantemente na correta avaliação das suas condições de vida.<sup>27</sup>

A partir de abril de 1944 o estado sanitário dos concentrados em Liquiçá começou a degradar-se significativamente, ao ponto de ser classificado de muito mau pelo delegado de saúde português

---

<sup>27</sup> Veja-se documentação existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo sob a referência PT/TT/AOS/A/8/8/00003

durante os meses de junho e julho. Paludismo; sarna; tuberculose; doenças dentárias graves causadas pela falta de alimentos ricos em vitamina A, C e D mas também pela inexistência de escovas e pastas dentífricas para a higiene oral; intoxicações intestinais resultantes da ingestão de espécies vegetais impróprias para consumo humano; beribéri; úlceras de difícil cicatrização e enfraquecimento geral da população contribuíram para aquela classificação.<sup>28</sup>

Como se não bastassem as dificuldades já existentes, as zonas de Liquiçá e Maubara começaram, em inícios do ano a ser periodicamente metralhadas, ao que se presume por aviões aliados que procuravam atingir o pequeno destacamento militar japonês aquartelado perto daquelas localidades. Em resultado destas ações ficariam feridos com gravidade diversos adultos e crianças, portugueses europeus e indígenas, trespassados por projéteis.<sup>29</sup>

O ciclo de degradação continuaria em 1945. No mês de maio o estado sanitário dos portugueses de Liquiçá era de tal forma grave que os próprios japoneses enviaram um médico para os observar. Auxiliado por um enfermeiro examinou e medicou cerca de 80 doentes e fizeram curativos a feridas e úlceras. “Os tratamentos feitos consistiram em injeções de vitamina B1, e em distribuição de papéis dessa vitamina em concentrado sólido, de óleo de fígado de bacalhau e de comprimidos de aspirina.”<sup>30</sup>

Quando em setembro de 1945 foi dada como finda a ocupação de Timor por rendição do Japão, o estado geral de saúde dos portugueses que ainda permaneciam nas zonas de concentração era de fraqueza extrema por falta de alimentação. Estavam “esqueléticos, quase irreconhecíveis à primeira vista”, eram “(...)esqueletos ambulantes, verdadeiros fantasmas de si próprios (...)”.<sup>31</sup>

Escreveu mais tarde, em 1972, José dos Santos Carvalho, médico e delegado de saúde, ao relatar a avaliação que tinha efetuado no final da Guerra do estado sanitário dos portugueses concentrados:

“Em quase todos observei os seguintes sintomas: Emagrecimento extremo, pele transparente colada aos ossos, cor palidíssima, olhos encovados e sem brilho, andar incerto, tronco curvado, ausência de vigor físico, depressão da vontade, memória apagada, músculos atrofiados, cárie ou queda dos dentes, edemas maleolares [membros inferiores] ou faciais, palpitações cardíacas aos menores esforços.

Como explicá-los? Pela fome. As deficiências de nutrição (...) levaram-nos à miséria orgânica e acabariam por lhes dar morte natural (...)”

Sobre o número de mortes ocorridas durante o período de concentração o citado relatório não dá qualquer indicação no entanto, José Duarte Santa, o chefe de Posto de Liquiçá relataria mais tarde a morte de 14 dos 521 portugueses que tinham estado internados nas zonas de concentração

---

<sup>28</sup> José dos Santos Carvalho, *Vida e Morte em Timor Durante a Segunda Guerra Mundial*. (Lisboa: Livr. Portugal, 1972), 176-178.

<sup>29</sup> J. Carvalho 166.

<sup>30</sup> J. Carvalho, 171.

<sup>31</sup> J. Carvalho, 176-177.

de Maubara e Liquiçá (287 do sexo masculino e 234 do sexo feminino). No restante território timorense terão morrido 164 portugueses e cerca de dois milhares de indígenas.<sup>32</sup>

## Prisioneiros de Guerra

Além de portugueses concentrados nas condições que acabámos de descrever, em Timor também houve portugueses europeus e timorenses, militares e civis, aprisionados e torturados por razões diretamente relacionadas com a guerra.

No dia 10 de julho de 1944 um militar português, tenente António Oliveira Liberato, e três destacados funcionários civis também portugueses<sup>33</sup>, foram, após detenção e interrogatório pela polícia militar nipónica, a temida *kempeitai*, transferidos por via marítima para um local de cativeiro situado na ilha de Alor designado Kalabai, onde ficaram detidos numa casa rudimentar, rodeada de arame farpado, à guarda de indígenas armados comandados por um militar japonês.

A deslocação de milhares de prisioneiros de guerra por via marítima foi posta em prática pelos japoneses logo nos primeiros meses de guerra. Ao sabor da necessidade de mão-de-obra, navios cheios de prisioneiros circulavam diariamente entre Java, Sumatra, Bornéu, Timor.<sup>34</sup> Eram transportados numa zona de guerra em condições similares às do transporte de animais, junto a todo o tipo de mercadorias correntes ou militares, em velhos cargueiros maioritariamente não identificados e, por isso, frequentemente torpedeados ou bombardeados e afundados pela aviação aliada. Sempre sobrelotados e lentos, muitos dos prisioneiros de guerra transportados por mar em longas viagens morriam por asfixia, fome ou doença.<sup>35</sup>

O tenente Liberato, como outros habitantes, acusado de colaboração com as forças australianas e holandesas, tinha sido detido dois meses antes e durante o seu cativeiro em Díli foi sujeito a apertado interrogatório onde não faltaram sessões de tortura, “suplícios de inenarrável desumanidade”.<sup>36</sup>

De acordo com diversos relatos efectuados, amarrados pelos pulsos com uma corda os prisioneiros eram em seguida pendurados nas grades do cárcere e içados de modo a que os pés não tocassem o

---

<sup>32</sup> José Duarte Santa, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941 – 1945*, (Lisboa: Notícias, 1997), 164-165.

<sup>33</sup> Artur do Canto Resende (Eng. Geógrafo), João Jorge Duarte (Gerente do Banco Nacional Ultramarino) e José Duarte Santa (Aspirante administrativo, chefe de Posto em Liquiçá). Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 598 et seqs.

<sup>34</sup> Veja-se Janet Gunter, “Os mortos inquietos e o império despido: a II Guerra Mundial e as suas consequências em Timor-Leste” in *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, org. por Rui Feijó, 115-137. (Porto: Edições Afrontamento, 2016).

<sup>35</sup> Gavan Daws, *Prisoners of the Japanese: POWs of World War II in the Pacific* (New York: Harper Perennial, 1994), 283-287.

<sup>36</sup> “(...) segundo os bons hábitos japoneses, acompanhados de várias agressões, tendo no dia 11 [abril de 1944] este oficial foi dependurado pelos pulsos nas grades da janela da prisão, e assim interrogado, retirando-lhe debaixo dos pés um banco em que se apoiava sempre que as suas respostas os não satisfaziam. Esse suplício, acompanhado pela tortura da sede, (...) durou até que o Tenente Liberato, já exausto e não o podendo suportar mais, perdeu os sentidos.(...) Nos interrogatórios de 24 e 25 de abril recorreram ao suplício moral, dizendo-lhe umas vezes que lhe tinham prendido a esposa (...) e outras que Lisboa tinha sido bombardeada e destruída pela aviação alemã.” ). Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 573-579.

solo. Seguiam-se sessões intermináveis de interrogatórios e espancamentos, apenas interrompidos por breves períodos para rotação do interrogador ou então, seguindo um qualquer programa de ação psicológica sobre o prisioneiro que passava, depois de espancado, por sentá-lo à mesa, conversar amistosamente com ele, fornecer-lhe algum alimento e cigarros sendo em seguida novamente pendurados nas grades.

Aos prisioneiros timorenses era também aplicada a chamada “tortura da água” que consistia em deitar o prisioneiro “(...) de costas, sobre um estrado, amarrados de pés e mãos, na boca um funil introduzido, à força, entre dentes, enchiam de água o estômago do paciente. Expelida pela boca, pelas narinas e pelos ouvidos a primeira dose, repetia-se outra (...)”<sup>37</sup>

Permaneceriam em Kalabai até janeiro de 1945 isolados, deficientemente alimentados<sup>38</sup> e frequentemente bombardeados por aviões aliados, de cujas ações resultaria ferido um dos portugueses.

À semelhança de Maubara e Liquiçá, o estado de saúde destes prisioneiros foi-se degradando e levou ao aparecimento de beribéri entre os portugueses. “(...) tudo tinha já desaparecido, até as alianças de casamento, e nada tinham já com que arranjar alguma coisa de comer além do que lhes era fornecido e o organismo se recusava.” Em 23 de fevereiro de 1945 faleceu o primeiro português, o engº. Canto Resende).

Observados por um médico em 20 de março, aos restantes três portugueses foi diagnosticado beribéri e paludismo sem que, contudo, lhes fosse fornecido qualquer tipo de tratamento. Em 25 desse mês faleceria outro português (o gerente do BNU João Duarte) inchado e com graves dificuldades de locomoção.

Descalços por não conseguirem calçar-se, em 28 de março de 1945 iniciaram uma marcha que duraria dois dias e durante os quais percorreriam cerca de 12 km, dez no primeiro dia, dois no segundo. Com a saúde muito debilitada e sem conseguir caminhar, o Tenente Liberato foi transportado numa padiola suportada por quatro homens. Ficaram na povoação de Railaco até 18 de abril desse ano e daí seguiram para Kelass sujeitos às mesmas dificuldades de alojamento e alimentação. Aí permaneceram durante cinco dias, o Tenente Liberato atacado por violento evento episódio de paludismo e beribéri, sem qualquer assistência médica e apenas com seis comprimidos de quinino fornecidos a contragosto pelos japoneses. A 26 de junho iniciam nova caminhada até Makoada.

---

<sup>37</sup> António de Oliveira Liberato, *Os Japoneses Estiveram em Timor* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951), 173. Sobre outros métodos de tortura veja-se António Monteiro Cardoso, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007), 117.

<sup>38</sup> “(...) algumas colheres de arroz cozido, às vezes acompanhado de 1 decilitro de caldo, a cada refeição.” Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 602.

Viriam a deixar a ilha de Alor em 23 de agosto chegando a Díli no dia 28 do mesmo mês. Só no dia seguinte, e após intervenção do Governador junto Cônsul japonês, seriam definitivamente libertados.<sup>39</sup>

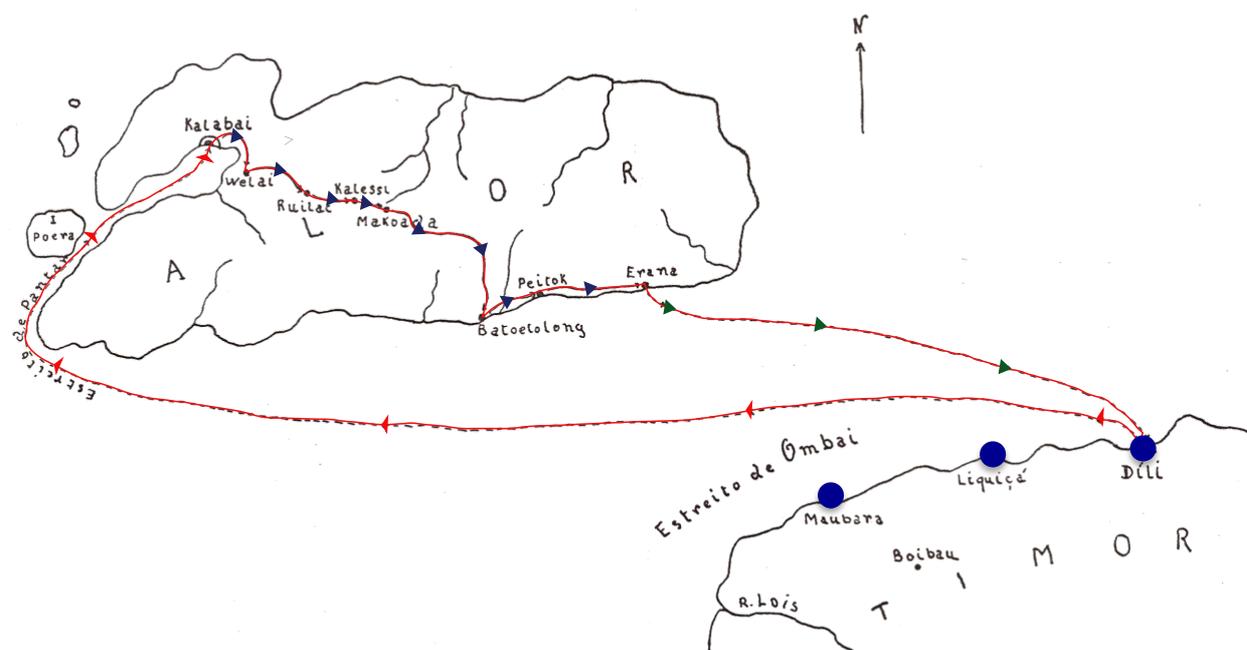


Fig. 2 – Itinerário dos prisioneiros portugueses <sup>40</sup>

Em 5 de setembro de 1945 o comandante militar japonês informou oficialmente o Governador da colónia portuguesa da cessação das hostilidades a pedido do Japão e o regresso do território da colónia de Timor “à plenitude da administração portuguesa”.

Quatro dias depois o comando das forças militares japonesas ordenou a transferência dos portugueses que permaneciam em Maubara (cerca de 200) para Liquiçá, o que se viria a concretizar em 14 e 15 desse mês. Num contexto de excesso de população concentrada em Liquiçá, o problema alimentar agravou-se muito significativamente atingindo em outubro o nível mais baixo de sempre: em média 471 gramas de géneros, cerca de 1050 calorias diárias.

<sup>39</sup> Para uma descrição mais detalhada dos factos veja-se José Duarte Santa, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941 – 1945*, (Lisboa: Notícias, 1997), 183-280.

<sup>40</sup> Mapa adaptado de Liberato, António de Oliveira, *Os Japoneses Estiveram em Timor*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

A reocupação da colónia portuguesa começou pelos Postos de Liquiçá e Maubara, e só terminou em 21 de Novembro de 1945. Foi feita sem armas, por um grupo de 163 portugueses europeus, 19 indígenas funcionários da administração e 14 assalariados.

As autoridades militares australianas que se deslocaram em 23 de setembro a Díli para tratar com o Governador da rendição e evacuação das forças japonesas de Timor, propuseram logo a realização de um inquérito aos crimes de guerra praticados pelos japoneses durante a ocupação do território. Alegando falta de instruções sobre o assunto, o Governador declinou a proposta de criação de uma comissão de inquérito conjunta referindo que “no que respeitava aos portugueses e às populações indígenas da colónia, as autoridades portuguesas fariam o inquérito.”<sup>41</sup>

Em telegrama datado de 26 de setembro o Ministro das Colónias instruíu o Governador Ferreira de Carvalho no sentido de prestar todo o apoio necessário a uma missão australiana que se deslocaria a Díli para efetuar o mencionado inquérito, tendo já nessa data sido passados passaportes e vistos a algumas altas-entidades australianas encarregadas de efetuar as ditas investigações.<sup>42</sup> Referiria mais tarde o Governador no relatório que redigiu sobre os acontecimentos de Timor que, até à sua saída da colónia em 8 de dezembro de 1945, não tinha aparecido nenhuma autoridade australiana para efetuar o inquérito e nem o Governo Central se tinha mais manifestado sobre o assunto ou ordenado qualquer ação.

Sabemos hoje que em 21 de junho de 1946 chegaram a Díli dois elementos da *War Crimes Commission* australiana para investigar crimes de guerra cometidos pelos japoneses em Timor. Dos contactos estabelecidos junto das autoridades portuguesas locais resultou a criação de uma comissão de investigação conjunta composta por elementos australianos, um elemento da administração portuguesa e um oficial do exército holandês. Nos relatórios que à posteriori esses elementos redigiram deixaram bem expressa não só a reduzida colaboração recebida das autoridades portuguesas como também a sua ação obstrutiva às investigações efetuadas.<sup>43</sup>

Nos anos de 1946 e 1947 o novo Governador de Timor, Óscar Ruas, dedicaria especial atenção à punição dos timorenses que tinham colaborado com as forças japonesas e ao seu serviço tivessem cometido crimes de guerra violentos. Foram acusados em todo o território timorense mais de um milhar de indivíduos que foram detidos e posteriormente enviados para a ilha de Ataúro onde, uma vez julgados, muitos acabaram condenados.

---

<sup>41</sup> António Monteiro Cardoso, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007), 116.

<sup>42</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 702-710.

<sup>43</sup> Sobre os resultados práticos relativos à punição dos autores de crimes de guerra identificados nas investigações efetuadas pelas autoridades australianas em Timor veja-se António Monteiro Cardoso, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. (Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007), 116-118. Veja-se também William Bradley Horton, “Through the Eyes of Australians: The Timor Area in the Early Postwar Period” in *Journal of Asia Pacific Studies* (Waseda University), Nº12, 2009), 251-277.

## **Considerações finais**

As experiências vividas em cativeiro nos diversos territórios asiáticos ocupados pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial variaram enormemente, não obstante a existência de certos padrões de atuação por parte das forças militares imperiais japonesas no que respeita à implementação e controlo de campos de prisioneiros de guerra ou de internamento de civis.

Nos quatro anos que durou o conflito, e em especial no decurso das operações da Guerra do Pacífico, não existiu um “modelo japonês” uniformizado de estabelecimento daquele tipo de campos nem de tratamento de prisioneiros de guerra ou de internados civis. As diferenças, muitas delas significativas, são constatáveis de campo para campo e devem-se não só ao estatuto de combatente/não combatente dos indivíduos aprisionados e da sua nacionalidade, mas também à geografia dos acontecimentos e, sobretudo, ao carácter dos comandantes dos campos e das guarnições militares responsáveis pela sua segurança. Nas forças armadas japonesas, a nomeação de um oficial para comandante de um campo de prisioneiros não era vista com agrado. Assim, e embora os houvesse conscienciosos, a possibilidade de prisioneiros e internados ficarem sujeitos ao livre arbítrio de um comandante de campo medíocre, incompetente ou sádico, era muito elevada.

Na colónia portuguesa de Timor não foi construído qualquer campo de concentração para prisioneiros de guerra na sequência da invasão, e posterior ocupação, daquele território pelas forças imperiais japonesas em fevereiro de 1942. Houve sim, a pedido das autoridades locais portuguesas e por razões de segurança, o estabelecimento de zonas de concentração onde sobretudo portugueses europeus e alguns timorenses acabaram por ser sujeitos ao mesmo tipo de agruras e vexames característicos do tratamento dispensado pelas forças militares japonesas aos prisioneiros de guerra na maior parte dos territórios por elas ocupados.

Mas também houve prisioneiros de guerra na verdadeira aceção das palavras. Prisioneiros que, inicialmente detidos em comuns instalações prisionais por questões de somenos importância, acabaram por ser sujeitos às mais violentas ações de tortura, à expatriação forçada e a uma vida em condições miseráveis.

Foi sobre estes aspectos grandemente esquecidos da invasão japonesa de Timor que procurámos lançar luz a partir das escassas fontes disponíveis, maioritariamente de tipo memorialístico. Por explorar, não obstante alguns contactos internacionais estabelecidos, ficam as eventuais fontes arquivísticas em língua japonesa pela sua não obtenção em tempo oportuno mas também, e sobretudo, pela barreira linguística. Barreira que se espera possa vir a ser quebrada no futuro por algum estudioso em benefício de uma leitura mais plural e de um entendimento mais completo da matéria em apreço.

A ocupação japonesa de Timor levou a fome e a morte violenta a uma comunidade local já de si depauperada e teve uma violência que levou à destruição das mais basilares práticas sociais e ao colapso da administração portuguesa na colónia.

Relembre-se que as forças japonesas invadiram Timor a pretexto de razões de autodefesa derivadas da presença de forças australianas e holandesas naquela ilha. No entanto, utilizando e manipulando habilmente as “colunas negras”, ao longo do tempo criaram um estado de terror permanente. Um estado ao qual foram deliberadamente conferindo contornos de guerra fratricida destinados a dissimular uma real guerra aberta e a criar condições para as autoridades nipónicas se desresponsabilizarem dos atos violentos que, a coberto daquela, eram praticados pelos seus militares.

Sobre esse período escreveu o Governador de Timor, Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho,

“Foi um período sem história, ou antes, em que a história se reduz a poucas palavras: era preciso que os japoneses nos não vencessem nessa luta sem tréguas para nos aniquilarem física e moralmente; houvesse o que houvesse, eles não nos venceriam porque era preciso que nós resistíssemos.”<sup>44</sup>

## **BIBLIOGRAFIA**

Blackburn, Kevin, ed., Hack, Karl, ed., *Forgotten Captives in Japanese-Occupied Asia*. London: Routledge, 2008.

Brandão, Carlos Cal, *Funo: Guerra em Timor*, Edições A.O.U., Porto: 1946.

Callinan, Bernard, *Independent Company: The Australian Army in Portuguese Timor 1941–43*. London: William Heinemann, 1953.

Cardoso, António Monteiro, *Timor na 2.ª Guerra Mundial — O Diário do Tenente Pires*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007.

---

<sup>44</sup> Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2003), 475.

Carvalho, José dos Santos, *Vida e Morte em Timor Durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Livr. Portugal, 1972.

Carvalho, Manuel de Abreu Ferreira de, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2003.

Daws, Gavan, *Prisoners of the Japanese: POWs of World War II in the Pacific*. New York: Harper Perennial, 1994.

Gunter, Janet. “Os mortos inquietos e o império despido: a II Guerra Mundial e as suas consequências em Timor-Leste” in *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, org. por Rui Feijó, 115-137. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Horton, William Bradley, “Through the Eyes of Australians: The Timor Area in the Early Postwar Period” in *Journal of Asia Pacific Studies* (Waseda University), Nº 12, 2009, 251-277

Liberato, António de Oliveira, *O Caso de Timor*. Lisboa: Portugália, 1945.

Liberato, António de Oliveira, *Os Japoneses Estiveram em Timor*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

Motta, Carlos Teixeira da, *O Caso de Timor na II Guerra Mundial. Documentos Britânicos*. Lisboa: Instituto Diplomático, 1997.

Oliveira, Arménio Ramires de, *História do Exército Português, 1910-1945*. vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994.

Santa, José Duarte, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial, 1941 -1945*. Notícias, Lisboa: 1997.

Vieira, Carlos da Rocha, *Timor — Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: SHIP, 1994.